

PORTARIA TRT18ª GP/SGPe Nº 503/2021



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

* *Texto compilado até as alterações promovidas pela Portaria GP/SGPE Nº 521/2022*

Regulamenta o reembolso de testes para Covid-19 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região para Magistrados e Servidores da ativa.

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 14651/2020,

CONSIDERANDO a importância de se priorizar a saúde, mormente no atual cenário pandêmico em que nos encontramos;

CONSIDERANDO a necessidade de rastreamento de casos de Covid-19 em servidores que atuam de forma presencial, por realizarem atividades consideradas essenciais, e que tiveram contato com casos confirmados no ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO que a testagem está prevista no Protocolo de retomada de atividades presenciais;

CONSIDERANDO que Pregão Eletrônico nº 012/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento e aplicação de testes para Covid-19 em Magistrados e Servidores, realizado no dia 24 de fevereiro de 2021, foi declarado fracassado, tendo em vista que as quatro empresas participantes do certame não cumpriram as especificações contidas no edital;

CONSIDERANDO que a tentativa da contratação direta de empresa para o fornecimento e aplicação dos testes para Covid-19 retornou com pesquisas/Orçamentos inabilitados pelo Gestor, por não atender as condições e especificações constantes no Termo de Referência,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o reembolso dos valores despendidos por Magistrados e Servidores ativos do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, que realizarem testes para Covid-19 na rede particular, no valor máximo de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), no caso de teste rápido de antígeno (swab nasal), realizado em laboratório. **(Artigo alterado pela Portaria GP/SGP nº 521/2022)**

Parágrafo único. Fica limitado, para fins desta Portaria, o reembolso de 200 (duzentos) testes rápidos de antígeno (swab nasal). **(Parágrafo alterado pela Portaria GP/SGP nº 521/2022)**

Art. 2º O reembolso previsto no art. 1º somente ocorrerá nos casos abaixo especificados para Magistrados e Servidores:

I – que atuam de forma presencial, por realizarem atividades consideradas essenciais, e que tiveram contato com casos confirmados no ambiente do trabalho, mediante indicação médica;

II – que apresentem sintomas, mediante indicação médica e desde que o plano de saúde tenha recusado o custeio, ou;

III – que apresentem sintomas, mediante indicação médica e não disponham de plano de saúde.

Art. 3º **(Revogado pela Portaria GP/SGP nº 521/2022)**

Art. 4º A solicitação de reembolso deverá ser protocolada por meio do SISDOC, no endereço PESSOAL MAGISTRADO/ PESSOAL SERVIDOR – TESTE COVID-19, com a assinatura do formulário de requerimento e juntada de recibo ou nota fiscal como comprovação de pagamento do teste de Covid-19, até 10 (dez) dias após a realização do teste.

§ 1º Para o ressarcimento previsto no inciso I do art. 2º desta Portaria, o requerimento deverá também ser assinado pelo gestor da unidade de lotação do requerente.

§ 2º No caso previsto no inciso II do art. 2º desta Portaria, deverá ser anexado ao SISDOC a indicação médica e a negativa do plano de saúde de realização do teste de Covid-19.

§ 3º Caso o Magistrado ou Servidor não disponha de plano de saúde deverá preencher a declaração que está disponível no endereço citado no caput deste artigo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

(assinado eletronicamente)

DANIEL VIANA JÚNIOR

Desembargador-Presidente

TRT da 18ª Região

Goiânia, 13 de abril de 2021.

[assinado eletronicamente]

DANIEL VIANA JÚNIOR

DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL